

FUTEBOL - APOTEOSE NACIONALISTA – A PÁTRIA DE CHUTEIRAS (DO SURGIMENTO ATÉ 1970)

Wagner Luiz da SILVA¹

Resumo: Este trabalho tem como finalidade refletir sobre a importância da utilização do fenômeno esportivo futebolístico, como elemento ufanista ideológico, dentro da atmosfera política nacional da cultura de massas.

Palavras-chave: Ideologia ufanista. Símbolo pátrio nacional. Cultura de massas. Controle social. Disciplinarização.

Em verdade no Brasil um tipo de futebol tem-se ampliado consideravelmente: o profissional. O futebol – empresa acabou por comportar, obrigatoriamente, um imenso público, e, à sua disposição, é colocada uma considerável máquina propagandística. A repetição de alguns slogans é fundamental neste processo de difusão. Os argumentos ufanistas nacionais constituem temas de um proselitismo que transforma, intencionalmente, o futebol numa espécie de cartão de visita da nacionalidade. (SEBE BOM MEIHY 1982, p. 11)

¹ Licenciado em História pela FUNEPE. Docente da FAC-FEA.
E-mail: wagnersilva2006@ig.com.br

Introdução

Imortalizado como elemento típico de nossa cultura nacional, este fenômeno esportivo continua alcançando altíssimos índices propagandísticos. Este artigo procura fomentar a discussão sobre a utilização desta modalidade esportiva, pelos quadros políticos, historicamente comprometidos com a atenuação das reivindicações políticas, socioeconômicas. A notória e eficaz mobilização deste esporte de massas, como instrumento catalisador e disciplinarizador das emoções e percepções da grande massa da população, acaba sendo direcionada para uma unidade coletiva de milhões de pessoas, não encontrando barreiras ou fronteiras desarticuladoras.

Desde o surgimento do futebol moderno – Inglaterra do século XIX - o futebol tem recebido críticas ferrenhas quanto ao seu teor maniqueísta, doutrinário, ideológico, identificado como mecanismo despolitizador, teorizado inclusive como ópio dos povos.

Neste artigo, proponho oferecer argumentos que demonstrem o alto grau de eficácia deste esporte mundial, no que tange à disciplinarização dos corpos e à utilização do futebol como máquina política propagandística. As conseqüências aqui elucidadas ultrapassam o espaço temporal proposto para este artigo. Esta modalidade esportiva é transmitida de segunda a segunda por dezenas de emissoras de rádio e televisão fechada ou aberta, interessadas nos altos índices de Ibope alcançados na transmissão de uma partida de futebol, e é claro, nas rendosas cifras proporcionadas.

Idealizado como fonte de magia e de beleza estética, o futebol geralmente é apresentado ao público como possuidor de uma identidade própria, construída a partir dos elementos multirraciais que formam a cultura nacional. Foco de ideologias, o “esporte rei” é aplaudido e saudado por milhões de figurantes fascinados pela atmosfera emocional lançada pelo futebol. O submundo “ignorado pela maior parte da mídia especializada” vem, nos últimos anos,

tomando proporções gigantescas, denunciando o mar de lama em que se encontra este universo esportivo. Por detrás dos esportistas e dos figurantes, estão os senhores da “mala preta”, que fazem do futebol, um trampolim para seus próprios interesses, sejam eles políticos ou econômicos. Em novembro de 2001, foi lançado um livro “CBF Nike” escrito após a realização de uma CPI exclusiva para o futebol. Neste trabalho, os até então deputados Aldo Rebelo e Silvio Torres, revelaram: “o lado oculto dos grandes negócios da cartolagem.” (REBELO; TORRES, 2001, capa)

Do surgimento à massificação

Partindo daquilo que os estudiosos do assunto já analisaram, o futebol brasileiro tem suas raízes históricas relacionadas ao nome de Charles Miller. Teria sido ele, em 1894, o responsável pelo pontapé inicial deste esporte no país. Existem controvérsias a este respeito. Alguns indícios apontam o ano de 1872, como detentor histórico da primeira partida de futebol jogado nas dependências do Colégio São Luís, em São Paulo. Existe ainda, uma outra hipótese – provavelmente a mais correta – encontrada em Santos (ou mesmo ocorrida no litoral pernambucano) decorrente de partidas disputadas entre marinheiros ingleses aportados no cais, contra brasileiros. Segundo Ramos:

Não existe dúvida sobre a realização da primeira partida oficial no Brasil. Ela aconteceu em 19 de julho de 1900 no Rio Grande do Sul. O esporte Clube Rio Grande, o mais antigo time do país, enfrentou a tripulação do navio inglês Nimphe, ancorado no Porto de Rio Grande. O resultado foi de 2 a 2. (RAMOS, 1984, p. 27)

Apesar das inúmeras hipóteses, a tradição oficializou, como marco histórico inicial, uma partida que reuniu ingleses e brasileiros da Companhia de Gás da São Paulo Athletic Club, em 1895, na região da Várzea do Carmo, hoje conhecida como Glicério, em São Paulo. Paulatinamente, o jogo divulgado por Miller e por uma centena de pessoas empolgadas, notabilizou sua difusão entre os trabalhadores das cidades mais importantes do país.

Mesmo sofrendo forte oposição sindicalista, o “esporte bretão” fazia adeptos entre as classes menos favorecidas e desprovidas das “grandes” cidades. Em poucos anos, um número cada vez maior de pessoas incorporavam, ao seu cotidiano, a prática do futebol.

Introduzido no país em um cenário político, socioeconômico excludente, o esporte que cruzou o oceano Atlântico, organizou-se de forma também excludente e racista. Como era jogado pelas elites, sua estrutura inicial não permitia a integração racial dentro ou fora das quatro linhas. A expansão cultural foi rápida e acelerada. Sua vulgarização garantiu a utilização desta “paixão nacional”, como veículo de marketing político e ideológico.

No final da década de 1920 o futebol atraía multidões. Seus primeiros resultados internacionais demonstravam seu poder de massificação.

Em um piscar de olhos, o futebol nacional deixou o amadorismo para ingressar no profissionalismo. Sua popularização indicava o poder de sedução sobre as massas. Os interesses em torno desta modalidade esportiva intensificavam-se plenamente. Simbolicamente construído, o futebol logo se transformou no elemento principal de identificação pátria. Estava concretizado o ardor ao imaginário popular.

Nos primórdios do futebol moderno no país, a identificação entre o esporte e os fins políticos antecederam a etapa do profissionalismo. É importante observar que desde os primórdios da história do futebol no Brasil, existiram debates refletindo sobre a influência deste esporte como fenômeno desvirtuador. Uma vez enquadrado como aparelho de massificação, o futebol tornou-se um

elemento importante na tarefa de “atenuar” as reivindicações das pessoas, por vezes procurando “desviar” a atenção dos problemas cotidianos, por outro, oferecendo o assunto de fácil digestão para milhões de pessoas despolitizadas e aquém das principais preocupações políticas.

De uma ponta a outra, o esporte bretão dinamizava-se a tal ponto de estabelecer verdadeiras disputas políticas e ideológicas. Para ambos os lados – burguesia ou proletariado – o futebol se encaixava como veículo ou mecanismo de atuação propícios a atingir seus objetivos. De qualquer forma, este fenômeno cultural do século XX não escapava aos olhos de correntes ideológicas diversas, nem mesmo da proletária. O foco nacionalista já demonstrava a importância da aliança entre o clamor nacional e o futebol.

Em busca de uma cultura nacional, até mesmo os modernistas – não na sua totalidade – elegeram o futebol como elemento característico da manifestação nacional, sobre o qual o controle estatal era questão de tempo.

Na primeira década da história do futebol brasileiro prevaleceu o amadorismo, o elitismo e a discriminação racista. Neste contexto histórico-social, foram nascendo os mais tradicionais clubes de futebol, alguns como, por exemplo, o clube Palestra Itália – hoje Palmeiras – de origem imigrante.

A profissionalização chegou em 1933 e passou por uma fase de transição muito curta -o semiprofissionalismo – em que o jogador não tirava seu sustento exclusivamente do futebol. Nesta nova etapa, o poder de sedução junto às massas já se fazia, e, portanto, o futebol indicava que poderia ser utilizado como instrumento de fetiche, contribuindo com a política de controle social característica dos anos que se seguiram no país.

A organização estatal sobre os esportes, inclusive o futebol, ocorreu justamente em um momento político em que o Estado Populista estabelecia mecanismos “fascistas” de controle social sobre as massas populares e orientou a padronização cultural.

O futebol: da era Vargas até o Regime Militar (1930/1970)

Foi durante a implantação do Estado Populista de Getúlio Dorneles Vargas que o futebol brasileiro conheceu o profissionalismo. Neste período histórico, o país conheceu o fenômeno Populista.

O Estado populista, ao secularizar os elementos culturais e o comportamento, aproximou-se dos esportes, limitando sua autonomia e tornando-os uma organização de cooperação, uma extensão cooperativa. Não é um mero fato coincidente a massificação e a profissionalização do futebol neste momento histórico.

Foi justamente no setor urbano-industrial, de considerável importância para a época, que se evidenciou um aparato despolitizador, disciplinador e com vistas a maior rentabilidade produtiva do trabalhador, “emprestada” dos fascistas ao Estado Novo. No âmbito cultural, os objetivos não poderiam ser outros.

Pois bem, o futebol aos poucos, passou a ser visto como produto nacional. Uma modalidade esportiva que conseguia reunir a paixão pelo esporte, com o clamor nacionalista inspirado nos ótimos resultados conquistados pelo selecionado brasileiro. Este traço nacionalista tão presente durante a Segunda República (1930-1964) ganhou feições ainda mais originais e exacerbadas durante o regime militar brasileiro.

Os meios de comunicação divulgavam em demasia as campanhas de sua seleção de futebol. A divulgação ocorreu principalmente através do rádio, instrumento maior –até o advento da televisão e sua massificação- de difusão da cultura de massa.

Com o analfabetismo dominante (56,4% em 1940), a aceitação do rádio foi imensa no sentido de lazer e alienação e de difusão da propaganda ideológica. Os

programas de humor, as transmissões esportivas (sobretudo de futebol), os musicais, as radionovelas e o radiojornalismo ganharam as massas e iniciaram a padronização cultural. (PINTO, 1989, p. 52).

Neste ambiente social propício e em crescimento, o futebol tornou-se o esporte número um dos brasileiros. Com a profissionalização e posterior vínculo do atleta com seu time, através do maquinismo conhecido como passe, efetivou-se um controle dos clubes sobre seus jogadores. As normas ideológicas impostas pelo Estado populista de Vargas, estabeleceu uma prática corporativista alienante e “militarizada”. O projeto corporativista encampava não só a questão do trabalho, mas idealizava também a corporatária nos esportes.

A disciplinarização dos esportes no Brasil do Estado Novo ganhou força de lei. Sua estrutura corporativista impôs um ideal nacionalista como única finalidade em si. A vitória individual em uma destacada competição internacional, ou mesmo de um grupo rigidamente disciplinado, tornava-se a vitória da nação. Foi assim com esse esporte que deixava de ser “bretão”, para se tornar o esporte da energia nacional.

O futebol como prática esportiva, não fugia das regras pré-estabelecidas. A “Pedagogia do Corpo”, expressão utilizada por Alcir Lenharo em seu livro: “A Sacralização do Corpo”, define a conjuntura disciplinadora que o esporte encontrava nos anos seguintes: a massificação. O futebol encaminhava-se para a disciplina do corpo. Era a política no futebol e o futebol da política.

Foi durante a história do Estado Novo, que ocorreu a concretização de um ato simbólico devidamente utilizado posteriormente por políticos de todas as regiões do país. Procurando promover a figura de Getúlio Vargas, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) estimulou o encontro do “pai dos pobres” com atletas de destaque em suas competições, condecorando-os com insígnias nacionais. Como o futebol já estava entre os esportes mais populares

do país, não poderia ficar fora deste atributo nacionalista, e esteve presente em várias ocasiões, principalmente após as vitórias nos mundiais organizados pela FIFA.

Os governos que sucederam Vargas acompanharam o futebol, até ele alcançar o topo mais importante da cultura de massa no país, como também o ápice internacional.

Nas décadas seguintes, o futebol conquistou as massas definitivamente, principalmente após as conquistas dos mundiais de 1958 e 1962. Segundo o jornalista e dramaturgo Nelson Rodrigues (1993), com as conquistas dos mundiais, o povo brasileiro conseguiu vencer o complexo de inferioridade em relação aos europeus. Nesta conjuntura, o esporte transformou-se no produto cultural nacional mais famoso internacionalmente, um verdadeiro “Made in Brazil”. Construiu-se também, a apologia do “FUTEBOL ARTE DO PAÍS DO FUTEBOL”. Estava criado e solidificado o modelo de modalidade esportiva que mais despertou interesse estatal.

A conjuntura vitoriosa do futebol brasileiro permitiu sua manipulação política e econômica. Seu potencial de propaganda política e potencial econômico, lançaram as bases do novo rumo da sua história. O ápice ocorreu durante o Regime Militar (1964/85). Foi durante este período, que a “aliança política” foi mais significativa. Futebol e Nação formavam um só corpo, um só espírito, um único dilema. A canção ufanista de Miguel Gustavo “Pra Frente, Brasil” de 1970, demonstra este espírito:

Noventa milhões em ação,
pra frente, Brasil, do meu coração.
Todos juntos, vamos, pra frente, Brasil,
salve a seleção!
De repente é aquela corrente pra frente,
parece que todo o Brasil deu a mão.
Todos ligados na mesma emoção,

tudo é um só coração.
Todos juntos, vamos, pra frente, Brasil, Brasil,
salve a seleção!”

A união em torno do futebol fantasiou a ideologia do desenvolvimento e do progresso. Uma belíssima propaganda ufanista orientava os noventa milhões de brasileiros. O disciplinado time de 1970 preparou-se técnica e fisicamente durante 4 (quatro) meses consecutivos, no país onde seria disputada a competição futebolística. Dentro de um rígido esquema de preparação física semelhante a de um exército, o selecionado não poderia decepcionar. Vencendo suas partidas, os jogadores voltaram do México e foram recebidos como Heróis Nacionais.

Em pleno carnaval da vitória de 70, o general Médici, ditador do Brasil, presenteou com dinheiro os jogadores, posou para os fotógrafos com o troféu nas mãos e até cabeceou uma bola na frente das câmaras. A marcha composta para a seleção, Pra frente Brasil, transformou-se na música oficial do governo, enquanto a imagem de Pelé voando sobre a grama ilustrava, na televisão, anúncios que proclamavam: Ninguém segura o Brasil. (...). (GALEANO, 1995, p. 158)

A ênfase no nacionalismo e no patriotismo somados à vitória do escrete brasileiro em 1970, foi a mistura ideal para o momento histórico da afirmação do regime.

(...) A estratégia da máquina publicitária dava ótimos resultados. A população identificava o autoritarismo com

as realizações esportivas e econômicas. Estruturava-se um pacto social, inspirado por uma certa “adaptação” que a ESG e sua doutrina de segurança nacional faziam do pensador inglês Thomas Hobbes (autor da obra *Leviatã*). O indivíduo abria Mão, conscientemente, a favor do poder absoluto do Estado, de suas prerrogativas de cidadão, particularmente da liberdade e do direito de opinião, recebendo em contrapartida, a garantia de paz e segurança para si e para sua família e o direito à preservação de algum patrimônio dentro de uma economia dirigida. (BARROS, 1992, p. 62)

A “Pátria” havia conseguido um feito extraordinário e não faltavam slogans ufanistas como: “Brasil - ame-o ou deixe-o”; “pra frente Brasil”; “ninguém mais segura este país”, entre outros.

Nos estádios de futebol, o presidente Emilio Garrastazu Médici (1969/1974), na sua fase áurea, era “aplaudido” pelos torcedores. O autoritarismo e a disciplina disfarçados pela euforia do tricampeonato despertaram a “paixão nacional”. Era, segundo o ponto de vista do regime, impossível segurar este país. Estava criado o monstro ufanista tupiniquim. Se o velho Thomas Hobbes conhecesse este “monstro” tupiniquim, sentiria saudades de seu *Leviatã*.

Idealizado e devidamente controlado, este esporte “contribuiu” com o governo militar, na tarefa de conquistar, nem que temporariamente, a simpatia da população. Mas esta característica não fez com que certos grupos reivindicatórios, separadamente ou não, deixassem de “lutar” pelos seus direitos ou por um país sem autoritarismo.

De qualquer forma, após a copa do mundo de futebol de 1970, em que o Brasil sagrou-se campeão anteriormente a qualquer outra equipe mundial, o regime encontrou no futebol um sustentáculo para a identificação com o

nacionalismo e o patriotismo. A disciplina dos tricampeões foi recompensada com a taça Jules Rimet e a imortalidade na história do futebol. Cabia aos cidadãos trabalhadores do Brasil, disciplinados e condescendentes com a razão maior da pátria, identificar-se com a política do regime e trabalhar. Esta unidade coletiva de milhões de brasileiros é devidamente demonstrada nos jogos do selecionado brasileiro.

Apoteose nacionalista da Pátria de Chuteiras

Símbolo de maior grandeza, esta modalidade do esporte espetáculo caracteriza-se como um fenômeno mundial e muito particularmente um fenômeno nacional.

Desde seus “primórdios” da era moderna, o futebol vem provocando interesses dos mais diversos grupos econômicos e sociopolíticos. Em um curto espaço de tempo, esta modalidade esportiva tornou-se a mais popular manifestação cultural do planeta.

Muito mais do que uma simples manifestação cultural, o futebol consegue, com a atuação da mídia, reduzir:

(...) A compreensão das condições materiais e sociais existentes. Preenche espaços consideráveis na vida dos brasileiros. Nisso, os meios de comunicação social são fundamentais. Introduzem essa sociedade de gols, vitórias e campeonatos no cotidiano. O que é feito através de programações inesgotáveis. O noticiário sobre o futebol supera o político e o econômico. Os meios de comunicação fetichizam o futebol. Atribuem-lhe auto-suficiência, um valor em si, intrínseco. Absolutizam-no. Justificam a sua popularidade como motivada pelo seu

poder mágico de envolver as pessoas. Com isso, tentam explicar as exaustivas coberturas futebolísticas. (RAMOS, 1984, p. 33/34)

Este fenômeno cultural foi selecionado para se transformar no mecanismo de cultura de massa devido a sua “facilidade” em atrair multidões. No Brasil, sua popularidade foi tomando tal proporção que chamou a atenção dos grupos políticos e econômicos. Estes, amparados pela massificação do esporte, passaram a captar os negócios do futebol, dentro da esfera política. O cidadão envolvido no mundo da bola cria seu próprio anestésico social.

Independente dos grupos políticos no poder e suas linhas de atuação, o “esporte rei” como ainda hoje é conhecido, tornou-se muito mais do que uma simples manifestação cultural esportiva. No interior de sua estrutura, lançaram-se ideologias, mistificando a participação coletiva e democrática. As prerrogativas de um suposto caráter democrático dentro do cenário futebolístico, não passa de um jogo de marketing propagandístico e unilateral.

Esporte espetáculo para o povo, o futebol funciona como um fluxo catalisador e disciplinador das emoções e percepções da grande massa da população que acaba sendo direcionada para uma unidade coletiva, fantasiando a realidade.

Além disto, a estrutura do futebol envolve interesses econômicos, como um dos negócios mais lucrativos do mundo, principalmente para aqueles que não precisam vender a força de trabalho suado, dentro das quatro linhas. Precioso também é para os políticos de carreira que gostam de associar seus nomes com os clubes ou com os profissionais ligados ao futebol.

É justamente por isso que desde a era Vargas, o futebol tornou-se um símbolo nacionalista. Ele direcionava e ainda direciona a perpetuação dos símbolos pátrios a um grau tão eloqüente, que pode chegar à mistificação quase religiosa. A mistura de elementos como a paixão e o fanatismo provocam atitudes

inusitadas nos diversos grupos sociais. Estes símbolos tornam-se mecanismos de fetiche e persuasão. O Hino Nacional e o hasteamento das bandeiras são símbolos que assumem caráter de imortalidade e têm presença marcante nos jogos de futebol, principalmente nos jogos das seleções nacionais.

Apesar de não ser tão aparente, a pátria de chuteiras é um símbolo construído e “representa” a pátria, a nação. Os 22 jogadores do selecionado “representam” os guerreiros da pátria; ao vencer transformam-se em heróis, e, na derrota, em vergonha nacional.

Engajado neste espírito pátrio, o futebol representou as cores nacionais desde as primeiras décadas do século XX. A ligação entre o futebol e os governos nacionais, respondem à sincronia das práticas disciplinares que envolvem esta prática esportiva. O “esporte rei” é constituído de táticas, treinamentos físicos e de muita disciplina, semelhantes às práticas militares. Na Alemanha, por exemplo, o nazismo reforçou a aplicação do futebol nos currículos escolares, direcionou os esportes para a ordem política estabelecida. Na Copa do Mundo de futebol de 1938, realizada na França, o time alemão reforçado por: “(...) cinco jogadores da recém anexada Áustria. A esquadra alemã assim reforçada irrompeu dando-se ares de imbatível, com a cruz suástica no peito, mas tropeçou e caiu diante da modesta Suíça (...)”.(GALEANO, 1995, p. 78)

Nesta mesma competição, o nazifascismo conseguiu uma importante vitória apoteótica, momentos antes do início da Segunda Grande Guerra Mundial. A Itália consagrou-se bicampeã, vencendo a Hungria por 4 a 2.

Durante a festa, um telegrama de Benito Mussolini chegou às mãos do capitão Meazza. Estava atrasado, mas continha outra de suas ameaças: **vencer ou morrer**. Para felicidade dos jogadores italianos, o Duce não precisou cumprir sua advertência: a Itália era bicampeã.(PRADO, 1998, p. 62)

A imprensa fascista focou o clamor nacionalista da grande vitória da raça:

O jornal *La Gazzeta dello Sport* exaltou então “a apoteose do esporte fascista nesta vitória da raça”. Pouco antes, a imprensa oficial italiana tinha comemorado assim a derrota da seleção brasileira: “Saudamos o triunfo da inteligência Itálica contra a força bruta dos negros. (GALEANO, 1995, p. 79)

O governo fascista e o nazista apostaram na popularidade deste esporte-espetáculo e fizeram o possível para usufruir de suas vitórias. Mussolini pôde contar com duas vitórias consecutivas de seu selecionado, porém o mesmo não foi possível com Hitler. Pelo menos, não nos mundiais de futebol, que só voltariam a acontecer em 1950, em campos brasileiros. O governo alemão manobrou o selecionado de futebol, manipulando-o como um dispositivo de propaganda de guerra, e é claro, como elemento da superioridade da raça ariana sobre todas as outras.

Em 1999, foi publicado na Alemanha um trabalho intitulado “Hitler’s Strikers” que em português significa: “Os atacantes de Hitler”. Seus autores, os jornalistas Ulrich Lindner e Gerhard Fischer, pesquisaram durante 7 longos anos os subterrâneos do nazismo e descobriram que a modalidade deveria desviar a atenção da opinião pública e mostrar ao mundo o quanto os nazistas são superiores. Aos jogadores restavam obedecer ao Führer – o grande líder – sem contrariar a vontade do chefe supremo. As chuteiras dos jogadores não eram exclusivamente deles, as 22 (vinte e duas) chuteiras alemãs dentro de campo, representavam a própria nação e a sua “indiscutível” superioridade racial. Assim, futebol e governo formavam um só corpo, uma só nação. As chuteiras estavam a serviço do governo nazista ou fascista e a pátria era a “pátria de chuteiras”.

No Brasil a “pátria de chuteiras” também era identificada com a própria nação, com o crescimento econômico, com seu povo e a sua cultura. O período de maior esplendor ocorreu em 1970, durante o regime militar, quando o Brasil tornou-se tricampeão mundial de futebol em campos mexicanos.

Para estas finalidades, o futebol transformou-se em uma questão de Estado, e a doutrinação propagandística encarregava-se do vínculo ideológico de identidade. Uma vez gasta a energia corporal da população com o esporte, seja jogando às jogadas, assistindo, discutindo os detalhes sobre os jogos, sobre os gols, a tendência é amenizar a energia gasta com outras finalidades políticas ou econômicas.

O regime militar no Brasil, também apostou na “pátria de chuteiras” e durante certo tempo – logo após a vitória do tricampeonato – colheu os frutos da doutrinação de uma cultura.

O Regime Militar, o futebol e a Educação Física nas Instituições Educacionais,

Como educador, não poderia deixar de trabalhar neste artigo, as conseqüências do mecanismo arbitrário e ditatorial do regime militar na esfera da educação formal.

A cadeira educacional “Educação Física”, como todas as outras disciplinas, “obedeceram” às regras da filosofia prevista pelo regime. Seguindo uma rigidez militar os professores passavam a seus alunos a filosofia disciplinadora e castradora. Uniformes, hinos, desfiles, hierarquia etc., fizeram parte deste universo antidemocrático e alienante do período militar.

Para a cidadania significou a “castração” e atuou no cenário político, fomentando a implementação de cidadãos alienados e desprovidos de atuação.

Como naquela época histórica o futebol ocupava o 1º lugar no ranking de cultura de massa, ele foi a base para tal política ideológica dominante.

Do ponto de vista cultural esportivo, o futebol era “a bola da vez” para os meninos, e todas as outras modalidades estavam relegadas a segundo plano. No decorrer do ano letivo, o (a) professor (a) realizava a vistoria dos uniformes, da limpeza pessoal das orelhas, unhas e corte de cabelo, dividia a turma em grupos ou fila indiana, e mandava-os correr dez voltas em torno da quadra. Logo após, escolhiam-se os times e jogava-se a bola. De forma autoritária e hierarquizada os “melhores” eram escolhidos primeiro, e os outros, os desprovidos de habilidades técnicas, gordos, magros, etc, só jogavam quando estes já houvesse vaga ou então, fitavam a partida, da arquibancada.

No entanto, para as meninas, o futebol ainda era um grande tabu.

Universo masculino, o futebol deveria ser jogado pelos homens e qualquer desvio à regra pré-estabelecida era encarado como homossexualismo. Neste momento – janeiro de 2007 -, o futebol brasileiro feminino vive do quase abandono estrutural, mas mostra, em campos internacionais, o crescimento desta modalidade nos mundiais e nas Olimpíadas desta categoria.

Preconceituosa e muito distante de princípios autônomos, a educação seguia os passos do autoritarismo, da disciplina e da permanência do statusquo social. Este esporte espetáculo preconizou o respeito incondicional à disciplina e o amor exacerbado e xenófobo à pátria. Pelo exposto, vê-se que o país “andava” e de certa forma ainda anda, com os pés de uma “pátria de chuteiras”.

Considerações Finais

Este artigo é fruto de muitas pesquisas e incontáveis horas de espiação dos inúmeros programas televisivos exclusivamente ligados ao esporte. Sua finalidade é alertar aos profissionais de educação sobre esta problemática ainda atual: a utilização de algumas modalidades esportivas enquanto cultura de massa, principalmente o futebol. Este esporte, considerado por muitos, inclusive

pela mídia nacional, como o “esporte rei”, é o exemplo mais claro e elucidativo da transformação de uma modalidade esportiva em palco de manobra política. Por meio dele, atraiu-se o clamor nacionalista e a ordem disciplinadora social.

Um dos maiores, senão o maior fenômeno esportivo do século XX consegue atrair vultosos investimentos de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, transformando a modalidade em mega eventos e fazendo dos jogadores máquinas de ganhar dinheiro alheio.

Esta esfera cultural, que transforma qualquer simples cidadão em fantástico ídolo do futebol, sucumbe à liberdade, promove a solidão. Os veículos de comunicação, especificamente a televisão, transformam-nos em exemplos a serem seguidos, combatidos ou idolatrados. Contribui, sobremaneira, para promover o fenômeno cultural de massas. Aproveitando-se disso, os políticos procuram promover-se ou promover seus governos junto à opinião pública. Foi assim com Getúlio Vargas, com Médici, com Fernando Collor de Mello – citando apenas os mais clássicos.

Este sinal de alerta está muito longe de representar uma verdade absoluta sobre o assunto, mas abre o sinal verde, como muitos já o fizeram, para a discussão e compreensão desta problemática, o que pode contribuir para o caminho da democracia.

SILVA, Wagner Luiz da. Soccer – Nationalist Glorification - The land in soccer-shoes (from origin to 1970). *Avesso do Avesso*, Araçatuba, v.4, n.4 , p. 110 - 127, nov. 2006.

Abstract: This paper intends to reflect about the importance of the utilization of the soccer phenomena as an ostentatious ideological element within the atmosphere of the national political culture of the masses.

Key words: Ostentatious ideology. National patriotic symbol. Mass culture. Social Control. Disciplinary.

Referências Bibliográficas

- BARROS, Edgard Luiz de. **Os governos militares**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1992.
- GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1995.
- IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. São Paulo: Ática, 1989.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986.
- PINTO, Virgílio Noya. **Comunicação e cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 1989.
- PRADO, Flávio. **O Arquivo secreto das copas – 1930/54**. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.
- RAMOS, Roberto. **Futebol: ideologia do poder**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- REBELO, Aldo; TORRES, Sílvio. **CBF – Nike**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- SEBE BOMMELHY, José Carlos; WITTER, José Sebastião. (Organizadores). **Futebol e cultura: coletânea de estudos**. São Paulo: Imprensa Oficial. Arquivo do Estado, 1982.
- WITTER, José Sebastião. **Breve história do futebol brasileiro**. São Paulo: FTD, 1996.(Footnotes)